



AMAZÔNIA

# Bancada ruralista quer tirar o Mato Grosso da área da Amazônia Legal

Na prática, ao tirar o Estado do Mato Grosso da Amazônia Legal, os produtores rurais ficam desobrigados da preservação de 80% de sua propriedade

MP Michelle Portela

postado em 20/03/2022 08:33



avançou com a tramitação do projeto de lei 337/2022, que retira o Mato Grosso da área da Amazônia Legal, reduzindo de 80% para 20% o percentual das propriedades rurais que precisam estar com [mata nativa preservada](#). A medida traz risco anual de US\$ 2,7 bilhões por perda de produtividade para o agronegócio, de acordo com dados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

— CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE —

Na prática, ao tirar o Estado do Mato Grosso da [Amazônia Legal](#), os produtores rurais ficam desobrigados da preservação de 80% de sua propriedade, regulamentada pela Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012). Na Amazônia Legal, a área de preservação é de 80%; no Cerrado, 35%; e em campos gerais, de 20%.

Autor do projeto, o deputado Juarez Costa (MDB-MT) argumenta que Mato Grosso precisa da mudança para aumentar a capacidade de plantio para produção de alimentos. Além disso, o parlamentar alega que o MT é parte do Cerrado e, por isso, seria obrigado a manter apenas 35% de áreas nativas.

PUBLICIDADE



Ver novamente

“Com o crescimento da população mundial e consequente aumento da demanda nacional e internacional por alimentos, se faz necessário uma expansão das áreas de produção em áreas de fronteira agrícola”, justifica o deputado no projeto.

## Ciência

Após analisar o projeto, o Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais (CSR/UFMG) emitiu Nota Técnica sobre os efeitos do projeto. A avaliação se concentra especialmente nas consequências climáticas da entrega de 16,9 milhões de hectares de vegetação nativa do MT ao desmatamento.

— CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE —

... e siga pelo perfil oficial no Twitter.

Além de permitir o desmatamento dos 16,9 milhões de hectares de vegetação nativa, a aprovação do PL 337/2022 desobriga o reflorestamento de outros 3,3 milhões de hectares que hoje precisam ser recuperados, justamente o inverso da solução climática que, segundo o estudo da UFMG, se dará somente pela preservação e reflorestamento.

---

## SAIBA MAIS



### ECONOMIA

Renda média do trabalhador cai quase 10% em um ano, diz IBGE



### ECONOMIA

Renda do brasileiro caiu 9,7% em um ano

— CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE —